

GHELERE TRANSPORTES LTDA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

GHELERE TRANSPORTES LTDA.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
Diretoria e Conselho de Administração da
Ghelere Transportes Ltda.
Cascavel - PR

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Ghelere Transportes Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ghelere Transportes Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva sobre as demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis individuais incluem informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins comparativos. Os exames das demonstrações contábeis individuais em 31 de dezembro de 2022 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram seu relatório de auditoria em 30 de junho de 2023, sem modificação apresentadas no relatório. Nossa opinião não contém ressalvas a respeito desse assunto.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais ou consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Londrina, 31 de maio de 2024.

GHELERE TRANSPORTES LTDA.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	11.692	1.881
Contas a receber de clientes e outros créditos	9	34.182	32.760
Estoques	10	643	542
Impostos a recuperar	11	7.115	4.690
Adiantamentos a terceiros		1.451	1.087
Despesas antecipadas	12	1.037	770
		56.120	41.730
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros créditos	9	-	48
Impostos a recuperar	11	5.798	4.429
Depósitos judiciais		1.969	1.163
Direito de uso	13	7.601	-
Imobilizado	14	169.179	144.331
		184.547	149.971
Total do ativo		240.667	191.701

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

GHELERE TRANSPORTES LTDA.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	2023	2022
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	15	9.805	18.265
Empréstimos e financiamentos	16	29.158	21.746
Obrigações sociais e trabalhistas	17	5.880	4.504
Obrigações tributárias	18	1.256	2.527
Adiantamentos de clientes		1.621	638
Lucros a pagar	20	12.357	-
Arrendamentos a pagar	13	4.023	-
Total do passivo circulante		64.100	47.680
Não Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	15	213	225
Empréstimos e financiamentos	16	49.467	26.237
Obrigações tributárias	18	2.507	4.386
Contingências	19	2.610	1.297
Arrendamentos a pagar	13	3.220	-
Total do passivo não circulante		58.017	32.145
Patrimônio líquido	20		
Capital social		34.000	15.000
Reservas de lucros		84.550	96.876
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores		118.550	111.876
Total do passivo e patrimônio líquido		240.667	191.701

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

GHELERE TRANSPORTES LTDA.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	21	199.893	197.161
(-) Custo das vendas	22	(140.645)	(139.399)
Lucro bruto		59.248	57.762
Despesas gerais e administrativas	23	(22.418)	(14.460)
Outras receitas operacionais	24	9.969	3.904
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		46.799	47.206
Receitas financeiras	25	1.034	1.771
(-) Despesas financeiras	25	(7.357)	(10.725)
Resultado financeiro líquido		(6.323)	(8.954)
Resultado antes do IRPJ e da CSLL		40.476	38.252
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	26	-	(5.261)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	26		
Lucro líquido do exercício		40.476	32.991

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

GHELERE TRANSPORTES LTDA.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	40.476	32.991
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	40.476	32.991

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

GHELERE TRANSPORTES LTDA.

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
				Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		15.000	3.130	10.945	54.415	-	83.490
Realização ajuste de avaliação patrimonial		-	(3.130)	-	-	3.130	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	32.991	32.991
Destinação							
Constituição de reserva de incentivos fiscais		-	-	8.785	-	(8.785)	-
Distribuição de lucros		-	-	-	-	(4.605)	(4.605)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	-	22.731	(22.731)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		15.000	-	19.730	77.146	-	111.876
Integralização de capital		19.000	-	(19.000)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	40.476	40.476
Destinação							
Distribuição de lucros		-	-	-	-	(33.802)	(33.802)
Constituição de reserva de incentivos fiscais		-	-	9.451	-	(9.451)	-
Reversão da reserva de retenção de lucros		-	-	-	(2.777)	2.777	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		34.000	-	10.181	74.369	-	118.550

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

GHELERE TRANSPORTES LTDA.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	40.476	32.991
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Provisão para contingências	1.313	1.277
Depreciação	7.933	6.273
Amortização	19.942	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.330	2.361
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	228	-
Resultado de equivalência patrimonial	(315)	-
	30.431	9.911
Aumento/(diminuição) nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber de clientes e outros créditos	(2.843)	(10.654)
Estoques	(101)	(54.967)
Impostos a recuperar	(3.936)	(8.655)
Adiantamentos a fornecedores	(364)	(5.098)
Despesas antecipadas	(267)	224
Depósitos judiciais	(806)	(515)
Fornecedores e outras contas a pagar	(8.462)	-
Obrigações sociais e trabalhistas	1.376	15.747
Obrigações tributárias	(3.150)	1.265
Adiantamentos de clientes	983	(3.378)
Diminuição de caixa pelas operações	(17.570)	(68.251)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	53.337	(25.349)
Das atividades de investimento		
Aquisição intangível	(52.723)	-
Caixa gerado nas atividades de investimento	(52.723)	(28.019)
Das atividades de financiamento		
Captações de empréstimos	57.210	101.484
Juros pagos	(3.538)	-
Pagamento de empréstimos	(23.030)	(2.497)
Distribuição de lucros	(21.445)	(15.766)
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	9.197	83.221
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	9.811	29.853
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.881	37.929
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.692	46.496
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	9.811	8.567

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Ghelere Transportes Ltda. é uma sociedade empresária limitada domiciliada no Brasil. Com 42 anos de atuação no mercado, a Ghelere Transportes é original de Medianeira – PR e com a matriz atualmente em Cascavel – PR, atua nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, com unidades em Maringá – PR, Ponta Grossa – PR, Curitiba – PR, Marília – SP, Criciúma – SC, São José dos Campos – SP, Uberlândia – MG, Campo Grande – MS, Rio de Janeiro – RJ. O endereço registrado do escritório da Empresa está sediado na Av. Doutor Ezuel Portes, 15131 – Bairro Universitário, Cascavel - Paraná, CEP 85.819-003. Em 2024 já abriu uma operação importante na base Betim-MG e terá inauguração da sua nova sede em junho de 2024.

Em 2018 e em anos anteriores foi eleita uma das melhores empresas para se trabalhar no estado do Paraná pela Great Place to Work Brazil. Reposicionou sua marca no mercado e conquistou a certificação da NBR ISO 9001; Conquistou a certificação ISO 39001 em outubro de 2021 - foco na segurança da malha viária - cujo objetivo maior é garantir zero acidentes fatais ou com lesão grave na Empresa.

Tornou-se Operador Econômico Autorizado - OEA, seletor grupo de operadoras de Transportes, em 2022.

Participa dos seguintes programas e iniciativas:

- i) "Na mão certa" com objetivo de promover o combate da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras;
- ii) "Linha amarela" que promove a segurança viária no trânsito;
- iii) "Movimento a Voz Delas", criado pela Mercedes-Benz, cujo objetivo é conscientizar a sociedade da importância das caminhoneiras e esposas dos caminhoneiros no transporte rodoviário.

Atualmente a Empresa trabalha no transporte de carga dedicada/fechada de clientes de grande porte das indústrias de alimentos, especialmente bebidas, com uma frota própria de mais de 300 caminhões, 35 agregados e aproximadamente 500 colaboradores (dez 2023).

(a) Principais eventos ocorridos em 2023

Empréstimo direto com o BNDES

Em 2023 realizou operação direta de captação de crédito com o BNDES e fortaleceu parcerias com as principais instituições financeiras que atuam no país. Foi realizada uma operação de crédito direto da linha FINAME no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) à conta dos recursos ordinários do BNDES, bem como operações de créditos no montante de mais de R\$ 30 milhões com outras instituições.

A Empresa está se preparando para o crescimento e fortalecendo sua capacidade de captação de crédito com várias instituições financeiras e inclusão de novos parceiros para captação de crédito. Atualmente temos parcerias com seis dos sete maiores bancos com operação no Brasil. Temos limite de crédito aproximado de R\$ 200 milhões.

Construção da sede nova em Cascavel

Desenvolvimento da construção da sede de cascavel com área do terreno de 60.500 m², área construída de aproximadamente 2.800 m² com projeto para futuro Centro de Armazenagem e Centro de Distribuição da Empresa. Previsão de conclusão em junho de 2024.

Aquisição de Ativos

Aquisição de 124 ativos: 54 veículos e 70 carretas.

- 50 veículos DAF XF Euro 6. Versão que traz a combinação de até 2% de economia de combustível e redução de CO₂. Além disso, a inclusão do Controle de Cruzeiro Preditivo de série pode trazer até 6% de economia. Isso resulta em até 8% de economia de combustível.
- Aquisição de 04 veículos Scania R450 com maior capacidade de carga e com menor consumo de combustível.
- Aquisição de 60 carretas.

Adoção de Política Financeira

Desenvolvida com objetivo de garantir que a gestão dos recursos financeiros da Ghelere Transportes seja realizada de acordo com o apetite de riscos dos acionistas e executada de forma eficiente e dentro de padrões éticos, reputacionais, legais e socioambientais, buscando sempre soluções economicamente viáveis ao uso desses recursos no longo prazo, bem como os seguintes objetivos:

- Estabelecer princípios e diretrizes da gestão financeira;
- Estabelecer limites, responsabilidades e procedimentos relativos à orçamentação, endividamento, investimento e condução financeira geral da organização;
- Definir uma faixa desejável de balanço entre capital próprio e de terceiros;
- Identificar um limite de taxa de crescimento sustentável;
- Propiciar instrumentos para apontar a necessidade de redução de custos de funcionamento ou custos da operação, bem como limitação de investimentos;
- Definir diretrizes para elaboração do orçamento (curto prazo até 12 meses) e para o planejamento de longo prazo até 2027;

- Garantir um nível de liquidez mínimo para a operação;
- Preservar e manter níveis de caixa adequados, a fim de garantir o atendimento às necessidades da operação e seu crescimento;
- Manter um nível adequado de linhas de crédito com bancos locais e estrangeiros para responder a eventuais contingências;
- Manter um nível e perfil de endividamento adequado, de acordo com o crescimento das operações e considerando o objetivo de minimizar os custos de financiamento;
- Rentabilizar os saldos de caixa, mediante aplicações financeiras que garantam risco e liquidez consistentes com diretrizes para Aplicações Financeiras de curto prazo;
- Monitorar os impactos dos riscos de mercado, tais como variações no preço do combustível, nas taxas de câmbio e na taxa de juros, sobre a margem líquida da Empresa;
- Monitorar os principais indicadores financeiros da Empresa.

A Política Financeira será o instrumento para possibilitar um planejamento de crescimento de longo prazo sustentável e orientar investimentos e financiamentos a serem adotados, evitando revezes para Empresa.

(b) Continuidade operacional

A Ghelere é uma Empresa com mais de 42 anos de história em uma jornada de transformações com DNA de inovação, automação e foco na qualidade da prestação de seus serviços, visando crescimento do faturamento orgânico para R\$ 500 milhões até 2027 e crescimento inorgânico de R\$ 500 milhões derivado de operações de M&A no mesmo período.

O faturamento em dezembro de 2023 atingiu o patamar de R\$ 243 milhões com crescimento de 247% frente ao ano de 2018. Em 2023, o crescimento do faturamento da Empresa apresentou resultado próximo de 3% frente ao ano de 2022 em razão de posicionamento estratégico para não baixar margem, reposicionamento para abertura de novos clientes e como resultado de um baixo crescimento de 1,6% do PIB no segmento da indústria.

Esse crescimento foi realizado com eficiência operacional, eficiência do uso do ativo e com baixa alavancagem financeira. Em todo esse período, a margem de EBITDA foi superior a 25% nos últimos cinco anos. O EBITDA do ano de 2023 foi superior a R\$ 65 Milhões com margem de 27,4%. O endividamento líquido atingiu R\$ 102,7 milhões contra 77,9 milhões em 2022.

A Empresa nos últimos anos também adotou como estratégia endividamentos de prazos menores em razão do movimento de alta de taxa de juros, isso tem acarretado uma indicação de um passivo circulante superior ao ativo circulante, mas a política financeira já definiu os limites para o endividamento de curto em relação ao de longo prazo, limites de endividamento total e da dívida líquida. Na mesma política há um aprimoramento da governança da Empresa com uma orientação e limites de alçada de decisão para novos investimentos.

A política financeira adotada na Empresa definiu os seguintes limites de endividamento:

- Estrutura de financiamento da Empresa com endividamento geral de até 70% de capital de terceiros até 2025 – a assembleia de acionistas deverá aprovar um planejamento bianual desse limite a ser proposto pelo Diretor Financeiro;
- Dívida líquida de no máximo 2,5 x o valor do EBITDA;
- Obrigações de curto prazo no máximo de até 65% da dívida total.

O indicador dívida líquida pelo EBITDA atingiu o resultado de 1,58 em 2023 contra 1,26 de 2022. Esse movimento de crescimento do endividamento está bastante controlado e sendo utilizado para investimento em veículos e em infraestrutura da nova sede com investimento estimado no total de R\$ 30 milhões, sendo R\$ 12 milhões em 2023 e o restante em 2024. A estrutura de financiamento da Empresa encontra-se com 58% de capital de terceiros em 2023 e era de 51% em 2022.

Plano de Investimentos 2023-2025

Atualmente a Empresa conta com mais de 650 ativos, destes 300 cavalos com idade média de 03 anos e carretas com idade média de 10 anos.

A estimativa para 2024 é realizar os seguintes investimentos de destaques:

- i) aquisição de 60 veículos em 2024 para sustentar a estratégia de crescimento;
- ii) finalizar a construção da sede nova em Cascavel;
- iii) projetos de infraestrutura da base de Maringá;
- iv) projeto de infraestrutura da base de Ponta Grossa

A base de crescimento da Empresa é alicerçada atualmente no crescimento da frota de veículos e investimento em estruturas de armazenagens e futuras parcerias para ofertas de serviços de valor agregado para caminhões, o que requer endividamento para aquisição de novos veículos, investimento na planta da sede e das bases de Maringá, Ponta Grossa, Marília e Betim, mas também crescimento no uso de terceiros e agregados.

Ocorreu a aquisição de 54 veículos em 2023 com planejamento de aquisição de aproximadamente 60 veículos para 2024. Esse movimento está alinhado às expectativas e demandas de atendimento de nossos clientes no período do verão com grande crescimento do quantitativo de fretes e consta do Plano de Investimento bianual 2023-2025. Em 2024 poderá haver um incremento na aquisição de veículos em razão de potenciais negócios com novos clientes em germinação, resultando em necessidade de adaptação do plano de investimento para fazer frente a potenciais demandas de novos clientes.

Por outro lado, a Empresa instituiu um departamento para venda de veículos usados com a finalidade de manter a frota com idade média de até 3 anos. Isso passou a ser outra fonte de receita, pois conseguimos negociar os caminhões com valores atrativos para Empresa e manter a eficiência operacional da frota própria.

O cenário atual é de uma Empresa com uma capacidade robusta de geração de caixa, elevada eficiência operacional, lucros recorrentes dos últimos exercícios e margem significativa de crescimento de alavancagem financeira.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas pela diretoria em 31 de maio de 2024.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa estão apresentadas na Nota Explicativa no 7.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 09: Contas a receber de clientes (mensuração de perda estimada em créditos de liquidação duvidosa para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda);
- Nota Explicativa nº 09: Reconhecimento de ajuste ao valor ao valor presente sobre as contas a receber e outras contas a receber;
- Nota Explicativa nº 10: Estoques (provisão para perdas em estoques);
- Nota Explicativa nº 11: Reconhecimento de ajuste ao valor ao valor presente sobre os impostos a recuperar;
- Nota Explicativa nº 14: Imobilizado (valor residual, vida útil e teste de redução ao valor recuperável: principais premissas em relação ao valor residual, vida útil e valores recuperáveis);
- Nota Explicativa nº 15: Reconhecimento de ajuste ao valor ao valor presente sobre os fornecedores e outras contas a pagar;
- Nota Explicativa nº 19: Provisão para contingências (reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e
- Nota Explicativa nº 26: Instrumentos financeiros (mensuração do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros).

b) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos das normas contábeis aplicáveis, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, A Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo.

6. Principais políticas contábeis

As principais políticas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas pela taxa de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando em consideração as cotações de mercado ou as informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

c. Contas a receber e outros créditos

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor nominal dos títulos, ajustados a valor presente, quando aplicável. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são constituídas com base na análise do contas a receber e em montante considerado suficiente pela Diretoria para cobrir prováveis perdas na sua realização.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é calculado pelo custo médio de produção. No caso dos estoques manufaturados e dos produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

e. Arrendamentos

A partir de 1º de janeiro de 2020, a Empresa adotou o pronunciamento contábil CPC 06 (R2) – IFRS 16 Arrendamento Mercantil, que estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, substituindo as normas anteriores de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O pronunciamento busca determinar se um contrato contém um acordo de arrendamento ou se é um contrato de serviços.

Caracterizado o arrendamento, o direito de uso é registrado no ativo, em contrapartida também são registrados os passivos oriundos da operação. A Administração da Empresa entende que, por não haver prazo determinado para o vencimento do aluguel, reconhece o arrendamento por um período de 5 anos, que anualmente é renovado, não havendo a necessidade de atualização dos valores registrados.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

g. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

i. Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

j. Receita operacional

Vendas de bens

A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador; (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para A Empresa; (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. A transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue no armazém do cliente, entretanto, para alguns embarques internacionais, a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no respectivo navio localizado no porto. Geralmente, o comprador não tem direito de devolução para tais produtos.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

l. Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Empresa atua e gera lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a Empresa tributável ou diferentes Empresas tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

m. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

n. Instrumentos financeiros

A Empresa classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge. São apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não há saldo de ativos financeiros a valor justo.

Recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, esses ativos estão basicamente representados pelo saldo de contas a receber de clientes.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros designados ao seu valor justo em seu reconhecimento inicial (*fair value option*):

O IAS 39 permite que uma entidade designe um passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado em seu reconhecimento inicial, quando:

A aplicação do *fair value option* reduz ou elimina um descasamento contábil que ocorreria caso a mensuração dos ativos e passivos financeiros fosse realizado em separado com bases diferentes.

Um grupo de ativos e/ou passivos financeiros é gerido conjuntamente e seu desempenho é medido com base nos valores justos, de acordo com as políticas e estratégias de gestão de riscos e investimentos.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não há saldos desta categoria reconhecidos na Empresa.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, são representados pelos saldos demonstrados na rubrica de empréstimos e financiamentos.

Passivos financeiros não derivativos

A Empresa reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual A Empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Empresa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

o. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Empresa considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada.

Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, A Empresa utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

A Empresa reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

p. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

7. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros

A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substitui a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023.

A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros.

Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Empresa. A Empresa efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas anuais consolidadas.

b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar “práticas contábeis significativas” por “políticas contábeis materiais”. As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

c) Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro

i. Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação

Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas anuais consolidadas da Empresa.

- d) Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros;

As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores.

Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa.

Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2023

Para as seguintes normas ou alterações a Diretoria ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa, a saber:

- a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2): acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26: esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26: esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1): esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis individuais e consolidadas avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2): exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis individuais e consolidadas compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Atualmente, a Empresa está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Empresa avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB. A Empresa não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa	3	2
Bancos conta movimento	228	280
Aplicações financeiras	11.461	1.599
	<u>11.692</u>	<u>1.881</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem risco baixo de crédito, são remunerados em condições e taxas normais de mercado que variam na média de 99% do CDI, e mensurados a valor justos e estão disponíveis para utilização das operações da Empresa, ou seja, são ativos Financeiros com liquidez imediata.

Garantias

Na data de levantamento das demonstrações contábeis, não existiam caixa e equivalentes de caixa dados como garantias aos empréstimos e financiamentos.

9. Contas a receber e outros créditos

	2023	2022
Clientes nacionais	35.091	30.578
Clientes internacionais	709	3.710
(-) Ajuste ao valor presente	(289)	(379)
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(1.329)	(1.101)
	<u>34.182</u>	<u>32.808</u>
Circulante	34.182	32.760
Não circulante	-	48

A exposição da Empresa a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas à contas a receber de clientes, são divulgadas na Nota Explicativa nº 26.

A composição do contas a receber por vencimento (*aging list*) é a seguinte:

GHELERE TRANSPORTES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
A vencer	29.478	24.973
Vencidos até 30 dias	1.219	4.210
Vencidos de 31 a 60 dias	915	2.410
Vencidos de 61 a 90 dias	400	736
Vencidos de 91 a 120 dias	215	858
Vencidos acima de 120 dias	3.573	1.101
	<u>35.800</u>	<u>34.288</u>

A Administração analisa a necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com análise individual dos clientes. A Administração acredita que os montantes residuais apresentados não sofreram perda por redução ao valor recuperável.

A movimentação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Saldo em 1º de janeiro	(1.101)	-
Constituição	(228)	(1.101)
Saldo 31 de dezembro	<u>(1.329)</u>	<u>(1.101)</u>

A movimentação do ajuste a valor presente do contas a receber está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Saldo em 1º de janeiro	(379)	-
Constituição	-	(379)
Realização	89	-
Saldo 31 de dezembro	<u>(290)</u>	<u>(379)</u>

Garantias

Na data de levantamento das demonstrações contábeis, não existiam contas a receber e outras contas a receber dados como garantias aos empréstimos e financiamentos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

10. Estoques

	2023	2022
Mercadorias para revenda	450	389
Combustíveis	184	129
Lubrificantes	9	24
	<u>643</u>	<u>542</u>

A administração da Empresa entende não ser necessário o registro de provisão para perdas em estoques, pois tem como estimativa que os seus estoques sejam realizados em um período inferior a 180 dias.

Garantias

Na data de levantamento das demonstrações contábeis, não existiam estoque dados como garantias aos empréstimos e financiamentos.

11. Impostos a recuperar

	2023	2022
IRPJ a recuperar	1.700	33
CSLL a recuperar	627	18
ICMS-CIAP a recuperar (i)	10.301	8.517
INSS a recuperar	-	18
ICMS a recuperar	200	528
Outros impostos	85	5
	<u>12.913</u>	<u>9.119</u>
Circulante	7.115	4.690
Não circulante	5.798	4.429

- (i) Valor correspondente a créditos de ICMS oriundos da aquisição de ativos imobilizados. A Administração realiza a compensação dos créditos na fração de 1/48 avos. Também, a administração promoveu a análise do ajuste a valor presente dos impostos e reconheceu provisão de R\$ 1.708 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.850 em 31 de dezembro de 2022).

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

12. Despesas antecipadas

	2023	2022
Juros e IOF	-	150
Prêmios de seguros	-	620
Seguros a Apropriar	1.037	-
	<u>1.037</u>	<u>770</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

13. Direito de uso de arrendamento mercantil

	Prazo de vigência dos contratos	Custos	Amortiz.	2023	2022
Imóveis	5 anos	7.601	-	7.601	-
				<u>7.601</u>	<u>-</u>
Arrendamentos a pagar					
Circulante				4.023	-
Não circulante				3.220	-
				<u>7.243</u>	<u>-</u>

14. Imobilizado

Composição dos saldos

	Taxa de Deprec.	2023		2022
		Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	1.648	-	1.648
Veículos pesados – caminhões	12,5% a.a.	142.486	(22.846)	119.640
Veículos pesados – reboques	12,5% a.a.	50.820	(11.441)	39.379
Veículos leves	15% a.a.	2.284	(307)	1.977
Máquinas e equipamentos	10% a.a.	527	(142)	385
Móveis e utensílios	10% a.a.	973	(131)	842
Equipamentos de Informática	15% a.a.	703	(205)	498
Equipamentos de rastreamento	10% a.a.	2.694	(508)	2.186
Outros imobilizados	10% a.a.	93	(15)	78
Consórcios	-	2.546	-	2.546
		<u>204.774</u>	<u>(35.595)</u>	<u>169.179</u>
				<u>144.331</u>

Movimentação do imobilizado

	2022 Líquido	Adições	Baixas	Depreciação	2023 Líquido
Terrenos	5.729	-	(4.082)	-	1.647
Veículos pesados – caminhões	99.711	34.806	(10.175)	(4.702)	119.640
Veículos pesados – reboques	32.676	9.879	(319)	(2.856)	39.380
Veículos leves	1.185	1.465	(575)	(98)	1.977
Máquinas e equipamentos	369	47	-	(30)	386
Móveis e utensílios	559	323	-	(40)	842
Equipamentos de Informática	392	156	-	(49)	499
Equipamentos de rastreamento	1.891	448	-	(152)	2.187
Outros imobilizados	84	-	-	(6)	78
Consórcios	1.735	5.599	(4.791)	-	2.543
	<u>144.331</u>	<u>52.723</u>	<u>(19.942)</u>	<u>(7.933)</u>	<u>169.179</u>

	2021 Líquido	Adições	Baixas	Depreciação	2022 Líquido
Terrenos	5.729	-	-	-	5.729
Veículos pesados – caminhões	62.684	47.349	(3.598)	(6.724)	99.711
Veículos pesados – reboques	23.777	11.205	-	(2.306)	32.676
Veículos leves	1.609	621	(917)	(128)	1.185
Máquinas e equipamentos	346	53	-	(30)	369
Móveis e utensílios	349	241	-	(31)	559
Equipamentos de Informática	207	212	-	(27)	392
Equipamentos de rastreamento	1.479	536	-	(124)	1.891
Outros imobilizados	90	-	-	(6)	84
Consórcios	1.989	-	(254)	-	1.735
	<u>98.259</u>	<u>60.217</u>	<u>(4.769)</u>	<u>(9.376)</u>	<u>144.331</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de impairment.

Garantias

Na data de levantamento das demonstrações contábeis, na data do balanço havia ativos imobilizados dados em garantia R\$ 76,4 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 44,8 milhões em 31 de dezembro de 2022) do ativo imobilizado dados como garantias aos empréstimos e financiamentos.

15. Fornecedores e outras contas a pagar

	2023	2022
Bens e serviços	9.788	17.565
Outras obrigações	371	1.056
(-) Ajuste ao valor presente	(141)	(131)
	<u>10.018</u>	<u>18.490</u>
Circulante	9.805	18.265
Não circulante	213	225

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Abaixo é demonstrado o *aging list* de vencimento de contas a pagar de fornecedores:

	2023	2022
A vencer	9.780	12.939
Vencido até 30 dias	226	5.444
Vencido acima de 30 dias	153	238
	<u>10.159</u>	<u>18.621</u>

Abaixo, é demonstrado a movimentação do ajuste a valor presente do contas a pagar:

	2023	2022
Saldo em 1º de janeiro	(131)	-
Constituição	(10)	(131)
Saldo 31 de dezembro	<u>(141)</u>	<u>(131)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

O ajuste a valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Essa taxa em 31 de dezembro de 2023, correspondia em média a 0,03219% a.d.

16. Empréstimos e financiamentos

Os montantes devidos, termos e prazos para cada modalidade de empréstimos são apresentados a seguir:

	Taxa de Juros	Garantias	2023	2022
Em moeda nacional				
Capital de giro	1,15% a. m	Imóveis e Aval	5.702	1.112
Financiamentos	CDI + 2,08% a CDI 2,49 a.a.	Veículos	72.086	44.065
Consórcios contemplados	11,00% a 13,00%	Veículos	837	2.806
			<u>78.625</u>	<u>47.983</u>
Circulante			29.158	21.746
Não circulante			49.467	26.237

Vencimentos

Os financiamentos vencem entre janeiro de 2024 e dezembro de 2027, conforme demonstrado a seguir:

	2025	2026	2027
Capital de giro	2.204	28	-
Financiamentos	27.821	11.757	7.271
Consórcios contemplados	223	103	60
Saldo no fim de cada exercício	<u>30.248</u>	<u>11.888</u>	<u>7.331</u>

Movimentação empréstimos e financiamentos:

Modalidade	2022	Pagamento principal	Captação	Pagamento juros	2023
Capital de giro	1.112	(410)	5.000	-	5.702
Financiamentos	44.065	(19.867)	51.426	(3.538)	72.086
Consórcios contemplados	2.806	(2.753)	784	-	837
	<u>47.983</u>	<u>(23.030)</u>	<u>57.210</u>	<u>(3.538)</u>	<u>78.625</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Compromissos (covenants)

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa possuía empréstimo sujeito ao atingimento de índices econômicos e financeiros que devem ser apurados anualmente.

Esse índice está relacionado ao desempenho financeiro a ser apurado anualmente com base nas Demonstrações Financeiras auditadas por empresa independente registrada na Comissão de Valores Mobiliários

O Covenant financeiro será calculado pela razão de Patrimônio Líquido/Ativo total que deve ser maior ou igual a 20% (vinte por cento).

Caso o índice acima não seja atingido, o credor poderá declarar vencido antecipadamente o valor devido. A operação que apresenta esse Covenant referem-se à operação de crédito direto da linha FINAME no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) captados à conta dos recursos ordinários do BNDES.

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa cumpria com todas as cláusulas restritivas contratuais (financeiras e não financeiras). O referido índice apresenta resultado superior a 49,25%.

Garantias

Na data de levantamento das demonstrações contábeis havia ativos imobilizados dados em garantia R\$ 76,4 milhões em 31 de dezembro de 2023 do ativo imobilizado dados como garantias aos empréstimos e financiamentos.

17. Obrigações sociais e trabalhistas

	2023	2022
Salários e ordenados a pagar	1.469	1.230
INSS e FGTS a recolher	1.379	871
Provisão para férias e encargos	3.010	2.278
Outras obrigações sociais e trabalhistas	22	125
	<u>5.880</u>	<u>4.504</u>

18. Obrigações fiscais e tributárias

	2023	2022
PIS a recolher	77	73
COFINS a recolher	358	338
ICMS a recolher	443	626
CSLL a recolher	-	180

GHELERE TRANSPORTES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

IRPJ a recolher	-	473
ISSQN a recolher	15	16
IRRF a recolher	5	180
Contribuições retidas na fonte	15	15
Parcelamentos	2.850	5.012
	<u>3.763</u>	<u>6.913</u>
Circulante	1.256	2.527
Não circulante	2.507	4.386

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Reconciliação alíquota efetiva imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Lucro contábil antes do IR e CS	40.476	32.991
(+) Adições temporárias	-	-
(+) Adições permanentes	-	-
(-) Exclusões temporárias	-	-
(-) Exclusões permanentes	-	-
Lucro fiscal antes das compensações de prejuízos	40.476	32.991
(-) Compensação de prejuízos fiscais	-	-
Lucro fiscal	40.476	32.991
Taxa nominal combinada 25% de IRPJ e 9% CSLL	34%	34%
Subtotal imposto de renda e contribuição social	13.762	11.217
Imposto de Renda e Contribuição social - sobre o lucro diferido	-	-
Imposto de Renda e Contribuição social - sobre o lucro corrente	-	(5.261)
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(5.261)
Taxa efetiva	-	16%

19. Provisão para contingências

A Empresa é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal e trabalhistas e no curso normal de seus negócios.

A Administração da Empresa com base em informações de seus assessores jurídicos, análise de demandas judiciais pendentes, quanto às ações fiscais, cíveis e trabalhistas e com base em experiências anteriores referente às quantias reivindicadas, constituiu provisões conforme quadro, consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis das ações em curso.

	2023	2022
Provável		
Trabalhista	-	154
Tributário	851	1.143
Cível	8.912	-
	9.763	1.297

Adicionalmente, a Empresa também é parte envolvida em processos cujas expectativas de perdas foram classificadas como possíveis, porém não são provisionadas em conta patrimonial e resultado e são classificadas pelos consultores jurídicos conforme a seguir:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma Empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Diretoria avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da Diretoria suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

20. Patrimônio Líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social, totalmente integralizado, é de R\$ 34.000 constituído por 34.000 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

	Em Reais	Em Quotas	Em %
Eagh Administração De Bens E Participações Societárias	7.820	7.820	23%
Jdgh Administração De Bens E Participações Societárias	5.780	5.780	17%
Vaghe Participações Societárias Eireli	20.400	20.400	60%
	<u>34.000</u>	<u>34.000</u>	<u>100%</u>

Consoante a cláusula 5º do contrato social, os sócios resolvem aumentar o capital social no valor de R\$ 19.000 (dezenove milhões de reais), nos termos do artigo 1.081 do código civil, considerando o saldo disponível em reserva de incentivos fiscais disponível no balanço patrimonial 2023, do modo que o capital social que atualmente era de R\$ 15.000 (quinze milhões de reais) passou a ser R\$ 34.000 (trinta e quatro milhões de reais), este aumento ocorreu de acordo com a participação de quotas de cada socio. Deliberação tomada por unanimidade e sem qualquer restrição os sócios aprovam o aumento do capital social com utilização do saldo das reservas de incentivos fiscais apurados até 31/12/2023, conforme balanço patrimonial.

b. Reserva de lucros

Reserva de incentivos fiscais

A Reserva de incentivos fiscais foi constituída em conformidade com o artigo 195 da Lei no 6.404/76, decorrente de benefícios fiscais concedidos pelos Estados onde atua, caracterizados como Subvenção para Investimento, fundamentado na Lei Complementar no 160/2017.

Em 2021, a Empresa obteve benefícios fiscais referentes ao ICMS, os quais são classificados como subvenções para investimentos, conforme previsto na Lei.

Evento subsequente - Medida Provisória (MP) 1185/23

Em 15 de dezembro de 2023 o Plenário aprovou a Medida Provisória (MP) 1185/23, que foi convertida em lei pela Lei Ordinária 14.789/23 que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico.

Até 31 de dezembro de 2023 as subvenções recebidas pela Empresa, independentemente de sua natureza (custeio ou investimento) não eram objeto de tributação, ou seja, não incorporavam a base de cálculo dos impostos federais.

A partir de 01 de janeiro de 2024 o benefício foi excluído para os contribuintes que recebem subvenção para pagar despesas do dia a dia (custeio). Para os que utilizam o benefício para construir ou ampliar uma fábrica (investimento) será concedido um crédito tributário equivalente à aplicação da alíquota de IRPJ sobre as subvenções recebidas, ou seja, o imposto precisará ser pago e compensado posteriormente com outros tributos da Empresas. Haverá também a possibilidade de, após o investimento ser finalizado, pleitear-se a restituição dos valores em dinheiro.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Reserva de retenção de lucros

Constituída de acordo com o previsto no artigo 196 da Lei no 6404/76, os órgãos da administração propõem a retenção de parte dos lucros acumulados. É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital.

c. Distribuição de lucros

A administração da Empresa assegura a distribuição de lucros aos sócios, conforme saldo remanescente de lucros acumulados. Não havendo percentuais mínimos e máximos pré-estabelecidos.

	2023	2022
Lucro Líquido do exercício	40.476	32.991
Constituição reserva de incentivos fiscais	(9.451)	(8.785)
Base para distribuição de lucros propostos	31.025	24.206
Juros sobre capital próprio	(14.537)	-
Lucros destinados	(19.265)	(4.605)
	(33.802)	(4.605)
Saldo inicial	-	-
Lucros destinados	(33.802)	(4.605)
Lucros pagos	21.445	4.605
	(12.357)	-

21. Receita operacional líquida

	2023	2022
Prestação de serviço de transporte	224.873	210.207
Prestação de serviço de transporte internacional	14.535	24.928
Vendas de mercadoria	2.537	539
	241.945	235.674

A subvenção para investimento que compõe a reserva de incentivos fiscais, trata-se de benefício fiscal de ICMS de isenção e redução de alíquota. O efeito no resultado de tais benefícios está ligado à apuração do ICMS e não depende do fato de serem considerados subvenção para investimento, ou seja, reconhecer o benefício fiscal de isenção e redução da base de cálculo do ICMS como subvenção para investimento não altera o resultado da E.

A seguir apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

GHELERE TRANSPORTES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Receita bruta fiscal	241.945	235.674
(-) Impostos sobre vendas	(48.999)	(45.523)
Subvenções para Investimento	9.451	8.785
(-) Anulações de serviços de transportes	(2.504)	(1.775)
	<u>199.893</u>	<u>197.161</u>
22. Custo das vendas		
	2023	2022
Mão-de-obra direta	(31.045)	(24.801)
Mão-de-obra indireta	(36.328)	(41.000)
Materiais aplicados na prestação de serviços	(66.403)	(66.101)
Demais custos do transporte	(20.648)	(13.692)
Custos com transporte internacional	(5.808)	(11.917)
Custos com venda de mercadoria	(1.029)	(828)
Demais custos	(1.443)	(1.206)
Impostos recuperáveis	22.059	20.146
	<u>(140.645)</u>	<u>(139.399)</u>
23. Despesas de vendas e gerais e administrativas		
	2023	2022
Despesas com pessoal	(7.440)	(5.514)
Aluguéis e arrendamentos	(2.330)	(547)
Viagens	(474)	(241)
Propaganda e publicidade	(76)	(67)
Energia, água e telefone	(347)	(34)
Demais despesas	(4.051)	(3.594)
Despesas indedutíveis	(936)	(491)
Impostos, taxas e contribuições	(2.706)	(1.729)
Pedágio	(4.058)	(2.243)
	<u>(22.418)</u>	<u>(14.460)</u>
24. Outras receitas/(despesas) operacionais		
	2023	2022
Amortização de deságio	66	150
Reembolso de estadias	1.122	194
Reembolso de seguros	321	430
Reembolso de sinistros	1.144	(22)
PIS recuperado	16	218
COFINS recuperado	-	844
Reembolso de pedágios	3.503	1.316
Despesas Recuperadas	1.775	-
Outras receitas não operacionais	1.141	685
Receita com venda de veículos	8.133	5.705
Custo com venda de imobilizado	(6.792)	(4.515)
Outras Despesas Operacionais	(232)	-
Perdas com ativos	(228)	(1.101)
	<u>9.969</u>	<u>3.904</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

25. Resultado financeiro líquido

	2023	2022
Descontos financeiros obtidos	86	64
Juros ativos	76	261
Rendimentos de aplicações financeira	363	88
Ajuste a valor presente	241	131
Variação monetária ativa	31	198
Variação cambial ativa	237	1.029
Receitas financeiras	1.034	1.771
	2023	2022
Ajuste a valor presente	-	(2.229)
Tarifas bancárias	(53)	(549)
Descontos concedidos	(78)	(181)
Juros bancários	(278)	(457)
Outras despesas financeiras	(108)	(6)
Juros empréstimos e financiamentos	(6.393)	(5.103)
Juros parcelamentos	(196)	(117)
Variação cambial passiva	(251)	(2.083)
Despesas financeiras	(7.357)	(10.725)
	(6.323)	(8.954)

26. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

	2023			2022		
	Ativos financeiros a VJR	Custo amortizado	Total	Ativos financeiros a VJR	Custo amortizado	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	-	11.692	11.692	-	1.881	1.881
Contas a receber de clientes e outros créditos	-	34.182	34.182	-	32.808	32.808
Adiantamentos a fornecedores	-	1.037	1.037	-	770	770
Total	-	46.911	46.911	-	35.459	35.459
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	-	(10.018)	(10.018)	-	(18.490)	(18.490)
Empréstimos e financiamentos	-	(78.625)	(78.625)	-	(47.983)	(47.983)
Arrendamentos a pagar	-	(7.243)	(7.243)	-	-	-
Adiantamentos de clientes	-	(1.621)	(1.621)	-	(638)	(638)
Total	-	(97.507)	(97.507)	-	(67.111)	(67.111)

b) Mensuração do valor justo

O valor justo de contas a receber de clientes e outros recebíveis, é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas bases de apresentação que se equiparam aos valores contábeis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2022.

c) Gerenciamento de risco financeiro

A Empresa possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Diretoria é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Empresa e os gestores de cada área se reportam regularmente sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Empresa, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Contas a receber e outros créditos

As políticas de concessão de crédito a clientes são definidas pela Administração e a concessão dos limites é aprovada pelos Diretores de Crédito conforme alçadas definidas nas referidas políticas. A utilização desses limites de crédito é monitorada constantemente. As vendas para clientes são liquidadas por meio do pagamento de títulos na rede bancária e não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício.

O risco de crédito das contas a receber advém da possibilidade da Empresa não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Empresa adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo de um limite de crédito e acompanhamento de seu saldo devedor. Todos os clientes são monitorados via SERASA e, em caso de restrições o limite de crédito é suspenso até regularização.

Caixa e equivalentes de caixa

A Entidade tem como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de financiamentos junto a cada uma das instituições. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, as quais são consideradas de primeira linha

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	11.692	1.881
Contas a receber de clientes e outros créditos	34.182	32.808
Adiantamentos a fornecedores	1.037	770
	<u>46.911</u>	<u>35.459</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos resultados da Empresa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Empresa estar sujeita a ganhos ou perdas em seus ativos ou passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros. Visando a mitigação deste tipo de risco, a Empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas e pós-fixadas.

Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Empresa eram:

	2022	2021
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	11.692	1.881
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	(78.625)	(47.983)
	<u>(66.933)</u>	<u>(46.102)</u>

Análise de sensibilidade taxa de juros

Foram realizadas simulações à sensibilidade das posições existentes em 31 de dezembro de 2023 para os significativos identificados como riscos de mercado: taxas cambiais.

As simulações foram elaboradas para demonstrar apenas o impacto em possíveis cenários negativos às posições tomadas pela Empresa.

Como cenários prováveis foram adotados, as cotações e valores já estão reconhecidos contabilmente. Para os cenários “possíveis” e “remotos”, utilizamos uma variação entre 25% e 50% no caso das taxas cambiais, sendo que essas variações foram definidas com base no histórico de mercado e nas projeções realizadas pela Administração em relação às exposições assumidas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Indexador	Posição	Saldo (R\$)	Risco	CDI	Possível (25%)		Remota (50%)	
				Atual	CDI	Perda	CDI	Perda
CDI	Aplicação Empréstimos e	11.461	Queda	13,04%	9,78%	(374)	6,52%	(747)
CDI	financiamento	(32.378)	Alta	13,04%	16,30%	<u>(1.056)</u> <u>(1.430)</u>	19,56%	<u>(2.111)</u> <u>(2.858)</u>

27. Cobertura de seguros

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

28. Eventos subsequentes

Aquisição de veículos

Após a data do balanço, a Empresa recebeu quantia significativa de recursos que deve ser mencionada. Tal valor se refere ao saldo de aquisição de 54 veículos no valor total de R\$ 49.763 milhões de reais.

A ampliação da frota permitirá à Empresa atender a um volume maior de entregas, expandir sua atuação para novos mercados e nichos, e aprimorar a qualidade do serviço oferecido aos seus clientes. Os novos veículos, modernos e eficientes, contribuirão para a otimização de rotas, a redução de custos com manutenção e combustível, e a entrega mais rápida e segura das mercadorias.